

# Estudo Técnico Preliminar 4/2024

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 63015.000591/2024-51

## 2. Descrição da necessidade

O presente documento visa requerer a abertura de processo licitatório para aquisição de Fornecimento de GLP para a confecção de alimentos nas cozinhas da Base Aérea Naval de São Pedro da Aldeia.

Justifica-se a aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP fornecida por empresa especializada para atender a demanda dos serviços de cozinha industrial no preparo dos alimentos dos militares e servidores civis das unidades apoiadas por esta Base Aérea, a confecção e o fornecimento das refeições é fundamental para o bom funcionamento das cozinhas e refeitórios, a fim de viabilizar um bom atendimento de seus servidores e visitantes, assim também subsidiar eventos de pequeno porte no âmbito deste Complexo Aeronaval.

De acordo com o Regulamento da Base Aérea Naval de São Pedro da Aldeia, aprovado pela Portaria nº 83, de 08 de Junho de 2004, do Comandante de Operações Navais, uma das tarefas desta Base é “Prover facilidades às organizações da MB sediadas em São Pedro da Aldeia”. Tais facilidades incluem o Serviço de Alimentação.

A alimentação engloba os processos de preparação e ingestão de alimentos e reveste-se de importância para a saúde humana. A alimentação militar é o processo pelo qual os efetivos militares, conscientemente, realizam práticas alimentares adequadas e nutricionalmente balanceadas, capazes de suprir suas necessidades e envolve as etapas de aquisição, transporte, armazenamento, preparo, distribuição e consumo dos alimentos. A alimentação do militar tem como princípios gerais:

Todo militar tem direito à alimentação harmônica em quantidade e qualidade, com garantia de acesso permanente e regular, de modo a atender à necessidade requerida pelo seu esforço no cumprimento de seus encargos profissionais.

A Administração Militar deve assegurar a excelência da alimentação militar, quer nos quartéis, quer nos navios, quer nos acampamentos e bivaques, quer nos deslocamentos de Unidade ou Subunidade, em situação de paz e de conflito (Capítulo II, Alimentação militar, Portaria Normativa nº 13/MD, de 23 de março de 2018. Aprova a Doutrina de Alimentação e Nutrição - MD42-M-05 (2ª Edição/2018).

Além desta Base, o Complexo Aeronaval de São Pedro da Aldeia é constituído pelo Comando da Força Aeronaval, um Centro de Instrução, uma Policlínica Naval, um Centro de Intendência, um Grupo de Manutenção de Aeronaves e seis Esquadrões de Aeronaves, totalizando doze Organizações Militares (OM). O total de comensais no Complexo é de aproximadamente quatro mil pessoas, entre militares, servidores civis, alunos do Programa Forças no Esporte (PROFESP) e demais militares de outras Organizações Militares para os diversos cursos e adestramentos que ocorrem no Complexo Aeronaval.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DEP. DE INTENDÊNCIA / DIV. DE MUNICIAMENTO	ERIK CARVALHO TALON

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O objeto que consta no item da tabela disposta na alínea 1.1 do termo de referência será executado conforme discriminado abaixo:

Para o item faz-se necessário contratação para o período de um ano;

Atender às solicitações nos prazos estipulados;

Efetuar o Fornecimento do objeto, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

Poderão participar da licitação somente Empresas autorizadas pela ANP para atuar no ramo.

1.

### 5. Aceitabilidade

Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

- Atender às solicitações nos prazos estipulados;
- O objeto deverá ser entregue acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, relação da rede de assistência técnica autorizada e certificados de garantia, fornecidos pelo fabricante, cuja validade não poderá ser inferior a 01 (um) ano;
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o art. 76 da Lei no 13.303/16;
- Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, objeto com avarias ou defeitos;
- Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e
- A contratada deverá observar todas as obrigações legais, secundárias, de segurança e medicina do trabalho, ambientais, trabalhistas e demais aplicáveis e necessárias à execução do objeto.

### 6. Da Entrega

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

- Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; e

A entrega do objeto ocorrerá, Base Aérea Naval de São Pedro da Aldeia, localizada no seguinte endereço, Rua Comandante Ituriel s/nº, bairro Fluminense, na cidade de São Pedro da Aldeia – RJ, no horário das 08:30h às 11:30h ou das 13:30h às 16:30h, de segunda a sexta-feira.

## 7. Classificação como bens comuns

Os materiais são considerados “comuns” pois se enquadram na classificação nos termos do art 6º, inciso XIII, da Lei 14.133 de 1º de Abril de 2021.

*“Bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.”*

## 8. Da adesão a ata de Registro de Preços

A Base Aérea Naval de São Pedro da Aldeia, na qualidade de Órgão Gerenciador não permitirá a Adesão de Unidades não participantes da fase de Planejamento da Contratação, tendo em vista o grande número de Organizações Militares Apoiadas, de acordo com o previsto no inciso I, art. 7º, do Decreto nº 11.462 de 31 de março de 2023:

Art. 7º Compete ao órgão ou à entidade gerenciadora praticar todos os atos de controle e de administração do SRP, em especial:

I - realizar procedimento público de intenção de registro de preços - IRP e, quando for o caso, **estabelecer o número máximo de participantes, em conformidade com sua capacidade de gerenciamento.**

## 9. Garantia da Contratação

Não será exigida a garantia contratual.

Diogenes Gasparini define a garantia como “toda reserva de bem ou de responsabilidade pessoal com vistas a assegurar a execução do contrato e, conforme o caso, utilizável pelo Poder Público contratante para ressarcir-se de prejuízos causados pelo contratado ou pagar-se de multa que lhe fora aplicada e não satisfeita.” No caso concreto, a parcela de maior relevância é o fornecimento do bem. O prejuízo corresponde à indisponibilidade do bem para o uso.

Havendo inadimplência na entrega de equipamento, uma garantia limitada a 5%, conforme estabelece a Lei nº 14.133/2021 não é capaz de ressarcir e nem mesmo minimizar tal prejuízo. Assim, não parece ser conveniente a exigência de garantia, com essa motivação, não se podendo olvidar que a exigência de garantia contratual corresponderá, sempre, à agregação de custo à obrigação principal (fornecimento do bem), que é repassado no preço ofertado para a Contratante.

Os serviços relativos à garantia são prestados diretamente pelas fabricantes e/ou por suas redes autorizadas de serviços, que, via de regra cumprem as obrigações referentes aos itens cobertos. Além disso, trata-se de licitação

## 10. Levantamento de Mercado

Segundo estabelece o inciso I do artigo 5º IN SEGES/ME nº 65/2021 foi realizada pesquisa de preços junto ao sistema de pesquisa no sítio Compras Governamentais na ferramenta Banco de Preços, o que significa dizer que estes preços foram decorrentes de uma licitação, onde certamente tiveram outros competidores. Assim, funciona como se tivesse feito um levantamento de vários preços e utilizado o menor dos valores. Somente foram admitidos os preços cujas datas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias, com o objetivo de refletir o preço de mercado. A análise comparativa de soluções de mercado visou elencar as alternativas de atendimento às demandas considerando, além do aspecto econômico, os aspectos quantitativos em termos e benefícios para o alcance de objetivos da contratação.

Contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias, ou inovações que melhor atendem às necessidades da administração, levando-se em conta os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização, permitiu constatar que aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP fornecida por empresa especializada, pode ser adquiridos por meio de Pregão Eletrônico SRP, por se tratar de itens que serão para simples entrega sem a necessidade de obrigações acessórias por parte de fornecedores. Destaca-se que a quantidade de fornecedores não é restritiva pois existem diversos fornecedores que comercializam os materiais pretendidos.

Cita-se um dos enquadrados nesse requisito:

Pregão eletrônico 17/2022, da BAeNSPA.

Dessa forma, consideramos que a continuação do método já utilizado, ou seja: aquisição dos materiais no mercado especializado e com o melhor preço; proteção das relações de consumo oriundas do próprio processo licitatório em si e acrescentando ainda a logística (transporte/frete); forma uma condição de vantajosidade indiscutivelmente favorável. Conclusivamente, por tais razões esta aquisição se autoproclama como a mais eficiente até o momento.

## 11. Descrição da solução como um todo

A descrição da solução como um todo abrange o Fornecimento de GLP para o abastecimento das cozinhas da Base Aérea Naval de São Pedro da Aldeia, por meio de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico utilizando o Sistema de Registro de Preços.

A presente licitação visa atender necessidade de aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo para confecção dos cardápios desta Base, proporcionando maior qualidade e eficiência nas refeições oferecidas aos militares lotados no complexo aeronaval, ocasionando bem-estar (saúde) coletivo dos integrantes das Organizações Militares (OM) do Complexo Aeronaval.

É necessário frisar que tal solução foi delineada partindo do princípio de que o Complexo Aeronaval possui em seu quadro de pessoal, profissionais especializados, formando assim a condição adequada para alcance dos objetivos traçados, porém, balizados pela economia e pelo uso consciente dos materiais adquiridos na esfera da administração pública.

## 12. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa de quantidade foi realizada de acordo com os registros dos últimos anos (2020, 2021 e 2022).

Dessa forma, consideramos que a continuação do método já utilizado, ou seja: aquisição do objeto no mercado especializado e com o melhor preço; proteção das relações de consumo oriundas do próprio processo licitatório em si, forma uma condição vantajosa indiscutivelmente favorável. Conclusivamente, por tais razões esta aquisição se auto-proclama como a mais eficiente até o momento.

Item	Descrição/ Especificação	UF	Quant. consumida em 2020	Quant. consumida em 2021	Quant. consumida em 2022	Consumo Estimado
1	Gás Liquefeito de Petróleo - GLP, tipo GLP propano-butano, pressão vapor 15, ponto máximo ebulição 2, teor máximo enxofre volátil 0,36, corrosividade máxima 1, Normas Técnicas MB 281) e 17 (dezessete) ampolas de 190 Kg (452 litros), em regime de comodato.	kg	19.927,23	17.663,40	20.107,33	23.000

## 13. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 219.880,00

1. No quadro abaixo apresenta-se a estimativa de custo unitário e total do objeto:

Item	Descrição/Especificação	UF	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	CATMAT 461651 - Gás refino de petróleo - Uso: Industrial , Tipo: Gás Liquefeito De Petróleo - Glp	kg	23.000	R\$ 9,56	R\$ 219.880,00
Órgão Gerenciador: UASG 791180 Base Aérea Naval de São Pedro da Aldeia – 23.000 kg					R\$ 219.880,00

Foi realizado o levantamento de mercado pela plataforma banco de preços para os itens do objeto e contratações similares feitas pela Administração Públicas; seguindo as diretrizes veiculadas pelos incisos I, II e IV, artigo 5º da Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia. Desta forma, considera-se que serão alcançadas cotações de forma ampla.

A solução que atende aos interesses e necessidades da Administração, sob o aspecto de vantajosidade em termos de economicidade e operacionalidade, é a contratação de pessoa(s) jurídica(s) especializada(s) para o fornecimento dos itens constantes do Objeto mediante cotação direta.

#### **14. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

O item será fornecido quinzenalmente para evitar transtornos futuros.

#### **15. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Não haverá aquisições correlatas e/ou interdependente com o objeto de aquisição em referência.

#### **16. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

As Forças Armadas estão dispensadas da obrigatoriedade de utilização do Plano Anual de Contratação (PAC). Conforme disposto no § 2º do art. 1º do Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, as Forças Armadas poderão aplicar, no que couber, as Instruções Normativas que dispõem sobre o PAC ou do Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC).

Contudo, a contratação pretendida encontra-se alinhada com o Planejamento Estratégico da OM, no que se refere à contribuição para atingir os objetivos institucionais e ações estratégicas desta organização militar cuja a missão regulamentar destaca-se abaixo.

##### **Missão Regulamentar**

Missão da OM: Executar os serviços de tráfego aéreo, prover apoio de infraestrutura aeroportuária e de segurança de voo e prover apoio às OM do Complexo Aeronaval na área de logística e às atividades aéreas, a fim de contribuir para a prontificação e a operação dos meios aéreos destinados ao emprego nas tarefas do Poder Naval.

#### **17. Qualificação Técnica**

Comprovação de aptidão do licitante através de atestado de capacidade técnico-operacional fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a Contratada tenha executado, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto a ser adquirido e que façam explícita referência pelo menos às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, que permitam estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais e qualitativas com o objeto.

O licitante deverá apresentar CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO DE DISTRIBUIDOR GLP válido, emitido pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

## 18. Providências a serem Adotadas

A BAENSPA dispõe de militares capacitados, ambiente adequado e estrutura necessária para armazenar e receber o objeto.

## 19. Possíveis Impactos Ambientais

O GLP apresenta grande aplicabilidade como combustível devido as suas características de alto poder calorífico, excelente qualidade de queima, fácil manuseio, baixo impacto ambiental, facilidade de armazenamento e possibilidade de engarrafamento em vasilhames, facilitando o transporte. Uma característica do GLP – e dos gases combustíveis em geral – é a sua baixa emissão de poluentes.

1. O GLP é um combustível limpo. Não é tóxico e não contamina os mananciais de água nem o solo.
2. Dentre os possíveis impactos ambientais com o Fornecimento de Gás cita-se:
  - Transporte inadequado;
  - Possibilidade de vazamento;e
  - Não utilização de recipiente adequado.

## 20. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A aquisição do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) objetiva dar continuidade às atividades de abastecimento do refeitório das praças, praça d'armas, cozinha do almirante e padaria da Base Aérea Naval de São Pedro da Aldeia - Rio Janeiro, com a finalidade de atender a demanda dos serviços de cozinha industrial no preparo dos alimentos dos militares e servidores civis das unidades apoiadas por esta Base Aérea, a confecção e o fornecimento das refeições é fundamental para o bom funcionamento das cozinhas e refeitórios, a fim de viabilizar um bom atendimento de seus servidores e visitantes, assim também subsidiar eventos de pequeno porte no âmbito deste Complexo Aeronaval.

Pretende-se obter um mecanismo ágil e seguro para realização de futuras aquisições de forma parceladas e eventual, sem comprometimento da execução orçamentária.

Segundo a lei, Lei nº 14.133, de 2021., a de menor preço – quando o critério de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração determina que será o vencedor o licitante que apresentar de acordo com as especificações do edital ou convite e ofertar o menor preço.

## 21. Da Adesão à Ata de Registro de Preços

Considerando a insuficiência de recursos humanos disponíveis para a devida supervisão e gestão das potenciais adesões advindas de outros órgãos externos, a administração decide por não aceitar adesão à ata de registro de preços.

## 22. Plano Diretor de Logística Sustentável

Esta Base Aérea Naval não possui Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS, por isso esta demanda não encontra-se no referido documento, pois está em desenvolvimento, utilizando-se do Guia Nacional de Sustentabilidade.

## 23. Classificação

Foi avaliado que não há necessidade de classificação deste Estudo Técnico Preliminar, nos termos da Lei nº 12.527, , de 18 de novembro de 2011, conforme estabelece o art. 13 da IN SEGES 58 / 2022.

## 24. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**VICTOR LUIZ DE OLIVEIRA SILVA**

Equipe de apoio

**ERIK CARVALHO TALON**

Equipe de apoio

## 25. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 25.1. Justificativa da Viabilidade

Com base no exposto acima, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, que inclui critérios e práticas de sustentabilidade, a Equipe de Planejamento designada, considera que a aquisição é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



ARQUIVO: 01-ETP-4\_2024-Fornecimento-GLP.pdf

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas.



Tipo III - Assinatura ICP-Brasil

VICTOR LUIZ DE OLIVEIRA SILVA (CPF \*\*\*.122.477-\*\*) em 12/03/2024 11:13:40 -03 (BRT)



Tipo III - Assinatura ICP-Brasil

ERIK CARVALHO TALON (CPF \*\*\*.839.567-\*\*) em 12/03/2024 11:16:55 -03 (BRT)



Tipo III - Assinatura ICP-Brasil

WELLINGTON ALMEIDA LIMA (CPF \*\*\*.534.442-\*\*) em 25/03/2024 10:26:07 -03 (BRT)

\*\*\* Cópia para verificação de assinaturas. Não Possui valor legal. \*\*\*